



LUIZ REGIS PRADO
DIEGO PREZZI SANTOS

PRISÃO PREVENTIVA

A CONTRAMÃO DA MODERNIDADE



- 202.2(81)
P917p
- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa
Copyright © 2018 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

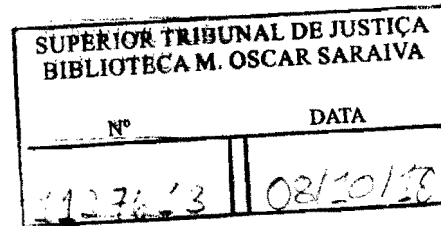
Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896

faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Fabricio Vale

- Fechamento desta edição: 20.06.2018



- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

P917p

Prado, Luiz Regis

Prisão Preventiva: a contramão da modernidade / Luiz Regis Prado, Diego Prezzi Santos. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2018.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-8159-4

1. Prisão preventiva. 2. Direito penal – Brasil. 3. Processo penal – Brasil. I. Santos, Diego Prezzi. II. Título.

18-50293

CDU: 343.2(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária CRB-7/6439

1127613

SUMÁRIO

.....

Introdução	1
1 Aportes preliminares: marcos teóricos do garantismo	3
1.1 Do Estado de Direito ao Estado Constitucional.....	3
1.2 Garantismo e concepções fundamentais	10
1.2.1 Dever ser e o ser no garantismo.....	13
1.2.2 Regras e princípios.....	17
1.2.3 Limitação ao exercício legislativo	20
1.3 Limites decisórios no garantismo	23
1.3.1 Verificabilidade e refutabilidade em normas vagas.....	26
1.3.2 Legalidades, sistema processual e garantismo	29
2 Ordem pública: evolução histórica	35
2.1 Ordem pública na Idade Média	36
2.2 Ordem pública nas Idades Moderna e Contemporânea.....	39
2.3 Ordem pública no ordenamento brasileiro	47
2.4 Conceito e natureza jurídica.....	50
2.4.1 Caracterização doutrinária.....	53
2.4.2 Objetos e problemas conceituais	57
2.5 Ordem pública e direito	62
2.5.1 Conceitos de ordem pública no brasil.....	63
3 Aplicação do conceito de ordem pública em matéria processual penal	69
3.1 Constitucionalização do processo penal: evolução histórica.....	70
3.2 Axiomas processuais do garantismo	80
3.3 Processo penal de emergência e oposição ao processo penal constitu- cional	83

3.4	Tratamento normativo da prisão preventiva na história brasileira.....	90
3.4.1	Norma constitucional e prisão preventiva.....	97
3.4.2	Requisitos e fundamentos da prisão preventiva	99
3.4.3	Prisão preventiva como <i>ultima ratio</i>	111
3.4.4	Ordem pública na prisão preventiva.....	124
4	Hipóteses de incidência da ordem pública na prisão preventiva e problemas intrínsecos.....	133
4.1	Periculosidade do agente e gravidade do crime.....	140
4.2	Perversidade do agente e hediondez do crime.....	146
4.3	Comoção social e clamor público.....	151
4.4	Segurança pública e credibilidade institucional	154
4.5	Reiteração criminosa e participação em organização criminosa	160
4.6	Insensibilidade ao direito.....	166
4.7	Integridade física do indiciado ou réu	168
4.8	Interesse e valor social	168
4.9	Delação premiada e a prisão preventiva por ordem pública.....	170
5	Reflexões críticas acerca da ordem pública no processo penal constitucional	175
5.1	Ordem pública e garantias processuais constitucionais	178
5.2	Presunção de inocência e presunção de culpabilidade	185
5.3	Ordem pública como enunciado performático	190
5.4	Segurança jurídica e ordem pública	196
5.5	Verificação e comprovação do fundamento da prisão preventiva	201
5.6	Ordem pública como ordem democrática	206
6	Conclusões principais.....	225
	Referências	229